



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES  
AV. CANÃA, 102 CENTRO, CNPJ 01.577.844/0001-62

**LEI Nº 294/2017**

*Define critérios para pagamento de obrigações de pequeno valor, conforme o disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, com redação pela Emenda Constitucional de nº 62/2009; vincula o pagamento de precatórios à efetiva receita corrente líquida e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, **LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Para efeitos desta lei ficam compreendidas como obrigações de pequeno valor, dispensando, assim, a formação de precatório, as fixadas nesta Lei para liquidação e pagamento direto, pela Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações.

§ 1º A obrigação de pequeno valor terá como teto o valor referente ao maior benefício do regime geral de previdência social, assim definido na lei de regência.

§ 2º As obrigações cujos valores máximos são assim definidos por esta lei serão reajustados de acordo com o reajuste aplicado anualmente ao seu indexador, o benefício previdenciário máximo.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor de eventual execução, de modo que, por esse artifício, o pagamento da obrigação venha a se efetuar, em parte, na forma estabelecida nesta lei e, em parte, mediante formação de precatório.

§ 4º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar ao valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º - Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções judiciais definitivas dispensarão a expedição de precatório, na forma das limitações e capacidade orçamentária ora previstas.

Art. 3º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
**AV. CANÃA, 102 CENTRO, CNPJ 01.577.844/0001-62**

processo respectivo e a liquidez da obrigação, bem como a disponibilidade orçamentária.

Art. 4º - Caso o valor da execução venha a ultrapassar o estabelecido no artigo 1º e seus parágrafos, o pagamento será sempre por meio de precatório; sendo, nesse caso, facultado ao credor da obrigação renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem formação de precatório, mediante requisição de pequeno valor, conforme o disposto no § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal.

Art. 5º - Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.


Art. 6º - A fim de preservar a execução orçamentária, mormente quanto a despesas vinculadas à receita orçamentária, a obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao tratamento isonômico que veda o privilégio ao particular em detrimento da coletividade, é estabelecido regime especial de pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor, cujos pagamentos ficam vinculados à receita corrente líquida municipal, não se podendo ultrapassar o limite de 2% (dois por cento) ao mês para pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor, cumulativamente.

§ 1º. Excepcionalmente, nesses casos é permitido o parcelamento do precatório, cujas parcelas terão prioridade para pagamento em relação aos precatórios que o sucedam na ordem legal de preferência.

§ 2º. O pagamento, nesses casos, será feito em tantas parcelas quantas sejam necessárias para quitação do débito, podendo, inclusive, ser inscrito, eventualmente, em “restos a pagar”.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Municipal nº 236/2011.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.**

  
**LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM**  
Prefeito Municipal



de áreas públicas ou particulares para fins de regularização fundiária urbana; Doação de áreas do município para quaisquer dos entes federativos, mediante prévia autorização legislativa, salvo aquelas já previstas na presente Lei; Recebimento de doação de áreas para fins de regularização fundiária urbana; Celebração de convênios que tenham como finalidade a regularização fundiária; Solicitação judicial. Art. 11º O processo administrativo será conduzido por quaisquer dos advogados lotados na Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes. Art. 12º A parte adversa e/ou denunciada terá o prazo de 10 (dez) dias para, querendo, apresentar defesa sobre o fato que motivou a instauração do processo, podendo, inclusive solicitar a oitiva de testemunhas. Parágrafo único. Havendo a apresentação de defesa ou o pedido de oitiva de testemunhas a parte que suscitou a denúncia ou o pedido de providência terá o direito de se manifestar, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias ou ainda o direito também de arrolar testemunhas. Art. 13º Caso os documentos trazidos no curso do processo não sejam suficientes para a solução do feito, o presidente do processo poderá designar audiência administrativa, que deverá ser convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Art. 14º Ao final, os autos, com parecer conclusivo, serão enviados ao gabinete do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, para decisão. § 1º A validade da decisão do Secretário Municipal dependerá do referendo do Prefeito Municipal. § 2º O interessado poderá, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação, recorrer, administrativamente, da decisão. § 3º Havendo a interposição de recurso, e tendo sido aviado tempestivamente, a parte recorrida terá o prazo de 10 (dez) dias para, querendo, contrarrazoar o apelo. § 4º O recurso será apreciado pelo Prefeito Municipal e da decisão caberá, apenas, pedido de reconsideração, que deve ser proposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação. TÍTULO V - DOS TRIBUTOS. Art. 15º Fica instituída a Taxa de Expedição de Título Definitivo (TETD). § 1º A taxa será correspondente ao tipo de imóvel que o interessado que o Interessado deseja obter o aludido Título Definitivo, e terão os seguintes valores: R\$ 80,00 (oitenta reais), para terrenos urbanos com metragem de até 300 m² (trezentos metros quadrados). R\$ 100,00 (cem reais), para terrenos urbanos com metragem superiores a 300 m² (trezentos metros quadrados). R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) para terrenos urbanos localizados nas avenidas principais, em que a área seja ladeada por áreas comerciais. R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) para terrenos urbanos localizados às margens da Rodovia MA-138. § 2º O recolhimento da taxa só será devido na fase final do processo, ficando a expedição do Título Definitivo condicionada a comprovação do pagamento, mediante a apresentação do respectivo comprovante. § 3º O Interessado que não possuir condições de arcar com o pagamento da taxa, deverá comprovar o seu estado de hipossuficiência, conforme previsto em Lei. Entretanto, para ser isento além da condição de hipossuficiente, não poderá possuir outro imóvel em seu nome ou do cônjuge. Parágrafo único. O interessado que desejar a insenção da taxa, deverá comprovar o seu estado de hipossuficiente, com cadastro nos Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e/ou Municipal. O Secretário a seu critério poderá ainda, solicitar a visita do Assistente Social para comprovar o hipossuficiência do Requerente. § 4º O recolhimento da taxa será realizado pelo Departamento de Tributos do município de São Pedro dos Crentes, que emitirá um boleto para que o Requerente/Interessado efetue o pagamento do valor devido. TÍTULO VI - DA EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO. Art. 16º O Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá, mediante decreto, expandir a área urbana deste município, a fim de acompanhar a evolução/crescimento da área urbana de São Pedro dos Crentes. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 17º A presente Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei, pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO, EM 06 DE JANEIRO DE 2017. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM - Prefeito Municipal.

**LEI Nº 294/2017. Define critérios para pagamento de obrigações de pequeno valor, conforme o disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, com redação pela Emenda Constitucional de nº 62/2009; vincula o pagamento de precatórios à efetiva receita corrente líquida e dá outras providências.** O Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei: Art. 1º - Para efeitos desta lei ficam compreendidas como obrigações de pequeno valor, dispensando, assim, a formação de precatório, as fixadas nesta Lei para liquidação e pagamento direto, pela Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações. § 1º A obrigação de pequeno valor terá como teto o valor referente ao maior benefício do regime geral de previdência social, assim definido na lei de regência. § 2º As obrigações cujos valores máximos são assim definidos por esta lei serão reajustados de acordo com o reajuste aplicado anualmente ao seu indexador, o benefício previdenciário máximo. § 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor de eventual execução, de modo que, por esse artifício, o pagamento da obrigação venha a se efetuar, em parte, na forma estabelecida nesta lei e, em parte, mediante formação de precatório. § 4º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar ao valor pago na forma prevista nesta Lei. Art. 2º - Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções judiciais definitivas dispensarão a expedição de precatório, na forma das limitações e capacidade orçamentária ora previstas. Art. 3º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação, bem como a disponibilidade orçamentária. Art. 4º - Caso o valor da execução venha a ultrapassar o estabelecido no artigo 1º e seus parágrafos, o pagamento será sempre por meio de precatório; sendo, nesse caso, facultado ao credor da obrigação renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem formação de precatório, mediante requisição de pequeno valor, conforme o disposto no § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal. Art. 5º - Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Art. 6º - A fim de preservar a execução orçamentária, mormente quanto a despesas vinculadas à receita orçamentária, a obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao tratamento isonômico que veda o privilégio ao particular em detrimento da coletividade, é estabelecido regime especial de pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor, cujos pagamentos ficam vinculados à receita corrente líquida municipal, não se podendo ultrapassar o limite de 2% (dois por cento) ao mês para pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor, cumulativamente. § 1º. Excepcionalmente, nesses casos é permitido o parcelamento do precatório, cujas parcelas terão prioridade para pagamento em relação aos precatórios que o sucedam na ordem legal de preferência. § 2º. O pagamento, nesses casos, será feito em tantas parcelas quantas sejam necessárias para quitação do débito, podendo, inclusive, ser inscrito, eventualmente, em "restos a pagar". Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Municipal nº 236/2011. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO, EM 06 DE JANEIRO DE 2017. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM - Prefeito Municipal

## PORTARIAS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM/MA

**PORTARIA Nº 025 /2017, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERI-MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 55, VI, da Lei Orgânica Municipal. RESOLVE: Art. 1º. Exo-**